

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS DO INESC Porto

CONSELHO GERAL

Membros designados pela Universidade do Porto:

Professor Doutor José Ângelo Mota Novais Barbosa (Reitor da Universidade do Porto)
Professor Doutor Luís António de Andrade Ferreira (Professor Associado da FEUP)
Professor Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho (Professor Auxiliar da FEP)

Membros designados pelo INESC:

Professor Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet (Presidente do INESC)
Professor Doutor Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira (Vogal da Comissão Executiva e do Conselho de Directores do INESC) - desde 22/11/2005

Membro designado pela FEUP

Professor Doutor Fernando Nunes Ferreira (Professor Catedrático da FEUP)

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: Professor Doutor José Ângelo Mota Novais Barbosa
Primeiro Secretário: Professor Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet
Segundo Secretário: Professor Doutor Luís António de Andrade Ferreira

DIRECÇÃO

Presidente: Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça
Vogal: Professor Doutor Artur Pimenta Alves
Vogal: Professor Doutor Mário Jorge Moreira Leitão
Vogal: Professor Doutor Vladimiro Henrique Barrosa Pinto de Miranda
Vogal: Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

Comissão Executiva

Presidente: Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça
Professor Doutor Artur Pimenta Alves
Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr. Miguel Nuno da Cruz Brito Pereira
Vogal: Sr. Ramiro da Costa Cortez
ROC: Deloitte & Associados - SROC, S.A., representada pelo Dr. Carlos Pereira Freire, como efectivo, e António Marques Dias, como suplente.

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente: Professor Doutor Manuel António Cerqueira Costa Matos

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Presidente: Professor Doutor José Carlos Príncipe (Universidade da Florida, EUA)

1. INTRODUÇÃO GERAL

1.1 - CONDICIONANTES INTERNAS E EXTERNAS

Não obstante os resultados positivos apresentados durante o ano de 2005, a actividade do INESC Porto registou apenas um muito ligeiro acréscimo face a 2004, em grande parte resultante de um acréscimo de 15% na actividade de Prestação de Serviços.

É de salientar que um dos maiores constrangimentos sentidos resultou das novas regras e acrescidas exigências de natureza burocrática por parte de várias entidades financiadoras, quer as nacionais, quer a Comissão Europeia, que provocaram inúmeras dificuldades à instituição, nomeadamente um aumento da carga administrativa necessária para a gestão dos projectos financiados e um aumento da incerteza no que respeita ao enquadramento e elegibilidade de despesas incorridas com as actividades desses mesmos projectos.

No que respeita à contratação de investigadores doutorados no âmbito do Laboratório Associado, não foi possível cumprir cabalmente o previsto, em virtude da escassez de candidatos nacionais e das dificuldades inerentes ao processo de selecção e contratação de estrangeiros.

Em Julho de 2005 foi realizado o 2º aumento de capital da FiberSensing - Sistemas Avançados de Monitorização, S.A. de € 650.000 para € 2.100.001, no qual o INESC Porto participou subscrevendo 33.250 acções, tendo ficado titular de um total de 176.750 acções, representativas de 8,42% do capital da empresa. Atendendo à reduzida percentagem da participação actual, e de acordo com a alínea a) do nº3 da Directriz Contabilística nº 9, o INESC Porto decidiu interromper, no exercício de 2005, o método de equivalência patrimonial para registo da sua participação financeira nesta empresa.

O equilíbrio económico da instituição no ano em apreço foi conseguido, através de uma política continuada de contenção e racionalização de custos, por um lado, e pelo acréscimo de proveitos provenientes das actividades de Prestação de Serviços, fruto de uma estratégia de concentração de esforços nesta fonte de financiamento, por outro. Por fim, há ainda que realçar o valioso contributo resultante da execução da candidatura submetida à Medida 5.1 do PRIME, que visa apoiar a consolidação da nossa actividade como infraestrutura do sistema tecnológico nacional.

1.2 - FONTES DE PROVEITOS

Em termos de actividade, por tipo de fonte de proveitos, a estrutura alterou-se só muito ligeiramente, essencialmente no que respeita ao peso dos Contratos de Prestação de Serviços que, em 2005, registou um acréscimo de dois pontos percentuais face ao peso das outras fontes de financiamento.

Em termos de projectos, foi mantida uma considerável intensidade de submissão de propostas de projectos de I&D a agências nacionais e internacionais de financiamento com concursos abertos, particularmente no âmbito da FCT, do Programa IDEIA da AdI e do Sexto Programa-Quadro da Comissão Europeia.

O financiamento proveniente da candidatura submetida à acção A da Medida 5.1 do PRIME, referente ao ano de 2004, visando apoiar a consolidação da actividade do INESC Porto como infraestrutura do sistema tecnológico, não foi formalmente apurado até final do ano. No entanto, em virtude das indicações recebidas por parte da entidade financiadora acerca da ordem de grandeza do financiamento a receber, foi possível a sua contabilização ainda em 2005.

1-3 - INSTALAÇÕES

Durante o ano de 2005, toda a actividade se desenvolveu no edifício da Asprela, junto das instalações da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, exceptuando aquela que é desenvolvida pela Unidade de Optoelectrónica e Sistemas Electrónicos, que opera dentro das instalações da Faculdade de Ciências da mesma Universidade.

2. INVESTIMENTOS

O valor do imobilizado adquirido durante o ano de 2005 totaliza € 671.234,76. Deste, o valor do Investimento financeiro resulta do aumento de capital da FIBERSENSING- Sistemas Avançados de Monitorização, S.A., uma vez que, relativamente à 4VDO - Sistemas e Serviços Multimédia, S.A, se verificou a liquidação da empresa ainda em 2005.

O investimento, em cerca de 90% dedicado à aquisição de equipamento de carácter científico e laboratorial, foi em parte financiado pela actividade interna e na parte restante por subsídios ao investimento atribuídos pelas diversas entidades financiadoras.

<u>Tipo de Equipamento</u>	<u>Aquisição de imobilizado</u>
Equipamento Básico	602.657,09
Ferramentas & Utensílios	82,60
Equipamento Administrativo	23.511,91
Patentes e IPR	11.733,16
Investimento Financeiro	33.250,00
	671.234,76

As amortizações do exercício totalizam € 291.776,38.

O valor do imobilizado corpóreo líquido total ascende a € 829.942,04, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Imobilizações Corpóreas	Imobilizado Bruto	Amortização	Imobilizado Líquido
Equipamento Básico	2.622.602,35	1.851.714,49	770.887,86
Equipamento Transporte	22.370,73	22.370,73	0,00
Ferramentas e Utensílios	140,51	140,51	0,00
Imobilizado Diverso	47.391,98	24.557,05	22.834,93
Equipamento Administrativo	66.432,84	30.213,59	36.219,25
Total	2.758.938,41	1.928.996,37	829.942,04

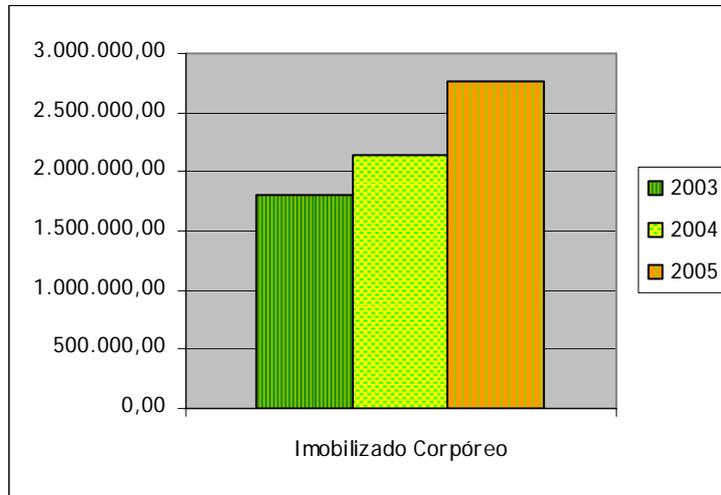


Fig. 1- Evolução do Imobilizado Corpóreo

3. RECURSOS HUMANOS

O quadro e o diagrama que se seguem apresentam a estrutura de Recursos Humanos a 31 de Dezembro de 2005, na qual se pode constatar não ter havido alterações significativas relativamente aos anos transactos.

Tipo de Ligação	N.º de Pessoas
Docentes do Ensino Superior	89
Contratados	68
Bolseiros	69
Estágios não Remunerados	18
Estágios Remunerados	1
Investigadores Convidados	14
Outros Estágios	9
Total	268

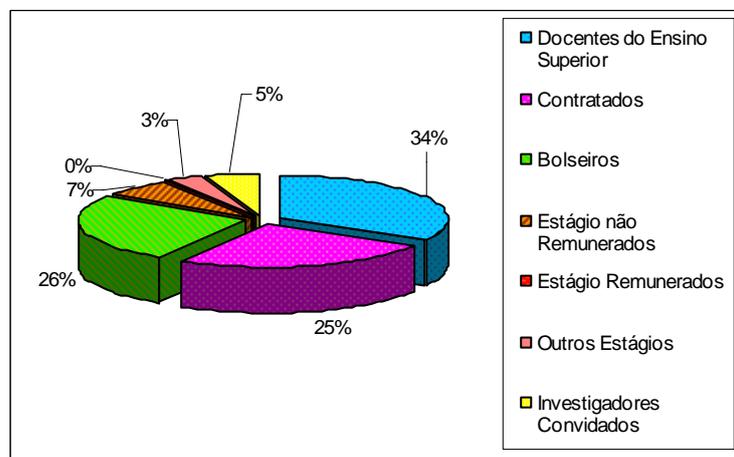


Fig. 2- Estrutura de Recursos Humanos

O número de “Estágios não Remunerados”, à data de 31 de Dezembro é significativo, mas convém salientar que é normal encontrar-se um elevado número de estagiários não remunerados (normalmente alunos finalistas das Faculdade de Engenharia), enquadrados em projectos no INESC Porto, principalmente durante o período correspondente ao segundo semestre do ano lectivo.

A variação ao longo dos últimos 3 anos, representada no gráfico seguinte, demonstra que os números globais têm vindo a sofrer um ligeiro aumento, sobretudo à custa do aumento do número de bolseiros e de investigadores convidados e docentes do ensino superior.

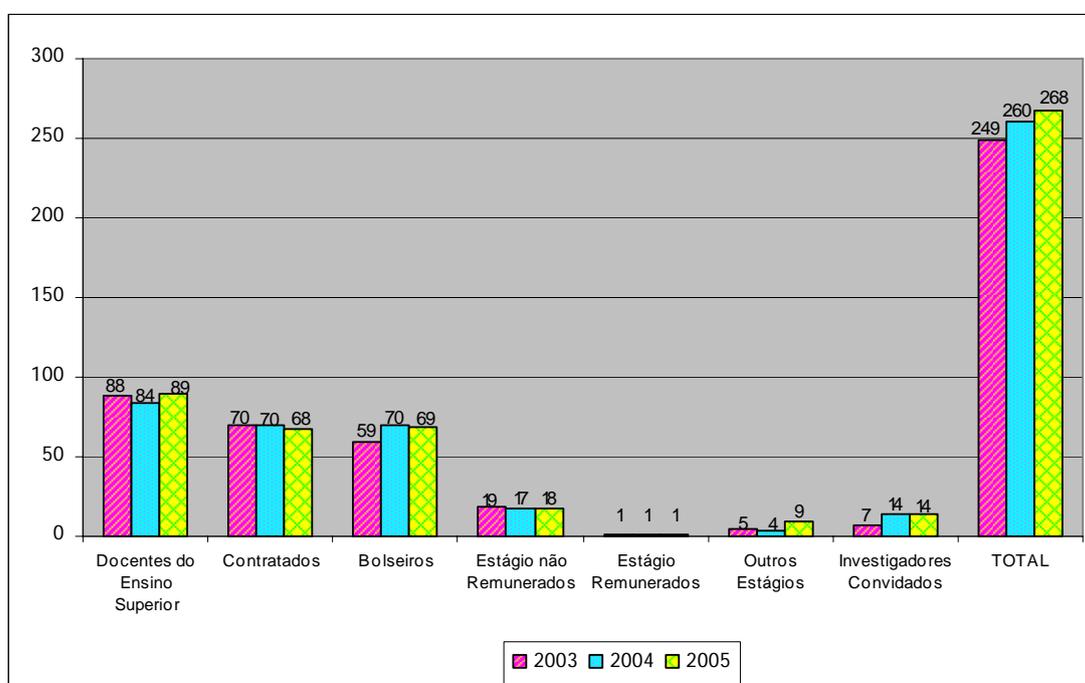


Fig. 3- Evolução dos Recursos Humanos

No tocante à valorização de recursos humanos, foi levado a cabo um conjunto de acções de formação cujo custo, ao longo de 2005, ascendeu a € 101.117,72, envolvendo um total de 125 colaboradores. Este montante é substancialmente superior aos observados nos anos anteriores, em resultado da execução de um Plano de Formação, financiado pelo PRIME, que termina previsivelmente em Setembro de 2006.

4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano 2005 pode ser considerado de transição para a economia portuguesa. A falta de impulso da actividade económica, a perda de quota nos mercados externos e a menor confiança dos agentes económicos foram os principais factores determinantes de um exercício caracterizado por um baixo crescimento, que se manteve alheio a um contexto externo muito favorável, tanto em termos de crescimento, como de comércio mundial. Assim, o PIB acabou por crescer apenas 0,3%, contra os 0,5% inicialmente previstos, abaixo do 1,4% da média de crescimento nos países da UEM e muito aquém do 1,1% verificado no ano anterior¹. Em 2005, a Formação Bruta de Capital Fixo evoluiu também a taxas inferiores às esperadas, sobretudo a componente do investimento em bens de equipamento. Este decréscimo no investimento estará relacionado com a confiança dos empresários, afectada negativamente pela incerteza gerada pelo ajuste orçamental e pela revisão em baixa das suas expectativas da procura. A procura interna teve um contributo positivo para o crescimento do PIB, embora menos intenso do que o verificado no ano anterior, apresentando o consumo privado claros sintomas de esgotamento, após vários anos sucessivos com níveis de endividamento dos mais elevados da OCDE. Por outro lado, o rendimento disponível das famílias e a sua confiança tem sido afectado negativamente pelo aumento da taxa de desemprego, que se prevê poder situar-se à volta dos 8% já em 2006, pela política orçamental restritiva e pela moderação salarial. O contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi todavia menos desfavorável do que em 2004. Esta situação de debilidade do ciclo económico é agravada pelo aumento dos desequilíbrios macroeconómicos, que têm no défice público a sua dimensão mais preocupante. Quanto ao consumo público, a previsão é também de estagnação, em grande parte pelo assumir do compromisso de saneamento das contas públicas. Esta situação de debilidade cíclica da economia portuguesa irá contudo ajudar no controlo da inflação, que se prevê na ordem dos 2,5% para 2006 contra os 2,1% de 2005.

No cenário apresentado, a expansão económica deverá tardar. As previsões vão no sentido de um crescimento moderado e gradual, que poderá ganhar intensidade à medida que se materialize a incerteza em torno das mudanças estruturais e do resultados das reformas. Assim sendo, as previsões de crescimento para 2006 e 2007 foram revistas em baixa, sendo de 0,9% para 2006 e de 1,2% para 2007. Com estes dados, não restam dúvidas que a economia portuguesa vai continuar a crescer abaixo da UEM até 2007, acumulando já seis

anos de diferencial negativo, não sendo pois de esperar avanços no processo de convergência real neste período e posicionando Portugal na cauda da UEM alargada, em termos de crescimento.

Apesar deste cenário nada encorajador, uma nota positiva para as instituições que se dedicam a actividades de I&D são as anunciadas prioridades governativas de aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico e da promoção da inovação, que se consubstanciam em diversas acções e medidas enquadradas no Plano Tecnológico. Aquilo que se espera é que estas medidas sejam de facto postas em prática e de modo rápido e eficaz.

4.2 - ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2005, o volume de actividade do INESC Porto atingiu o montante de € 4.835.650, representando um acréscimo face ao ano anterior de apenas 2% (+€ 75.241). Este resultado deve-se essencialmente ao aumento de 15% no volume de proveitos relativos a Vendas e Prestação de Serviços (+€ 167.411) mas também nos Proveitos Suplementares (projectos co-financiados por programas europeus), onde se verificou um acréscimo de 7% (+€ 82.786). Por outro lado, os Subsídios à Exploração apresentam uma diminuição de 7% face ao período homólogo (-€ 174.956). Apesar da redução substancial desta última fonte de financiamento, os proveitos operacionais ainda assim, apresentam um crescimento de 2% (€ +109.699).

O Cash Flow Operacional/EBITDA (ou Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões) totalizou € 197.981, tendo diminuído 28% relativamente a 2004 (-€ 75.946). Este agravamento é explicado em grande parte pela deterioração do resultado operacional em mais do dobro do verificado em 2004, ascendendo a quebra a 118% (- € 50.839). Simultaneamente, verifica-se também uma redução de 8% nas amortizações e provisões contabilizadas (- € 25.107). O valor do resultado Operacional indicia que os proveitos Operacionais não são suficientes para fazer face aos Custos Operacionais incorridos. No entanto, há que considerar que os Custos Operacionais incluem € 291.776 de Amortizações às quais correspondem um Subsídio ao Investimento de € 179.443 que se encontra registado como um proveito extraordinário, não afectando, por conseguinte, os resultados operacionais. O acréscimo observado no Subsídio ao Investimento (+€ 117.770) é quase totalmente explicado pelo investimento avultado realizado em 2005 no âmbito do financiamento ao reequipamento científico da FCT.

¹ Fonte INE e BBVA

O Resultado Financeiro negativo (-€ 37.473) deve-se maioritariamente ao custo da dívida bancária, bem como a custos bancários. O custo do serviço da dívida bancária, fruto da necessidade de recorrer pontualmente ao crédito para fazer face a necessidades de tesouraria, totaliza € 27.995, representando 66% dos custos financeiros. Cerca de 25% destes custos correspondem ainda a custos de diversos serviços bancários, ascendendo a cerca de € 10.500. Finalmente, 9% dos custos financeiros incorridos corresponde ao custo da emissão de garantias bancárias (€ 3.685).

O Resultado antes de Impostos é positivo, no montante de € 14.821, 53% inferior ao verificado em 2004 (- € 16.787).

Os Resultados Líquidos ascendem a € 11.906, 46% inferior ao verificado no período homólogo (- € 10.076).

Principais componentes da Estrutura de Custos

Rubrica de Custos	2005	2004	Δ 05/04	Δ %
Fornecimentos e Serviços Externos	2.993.207	2.976.536	16.671	1%
Custos com Pessoal	2.426.431	2.446.508	-20.077	-1%
Amortizações e Provisões	291.776	316.882	-25.106	-8%
Outros Custos Operacionais	697.700	508.650	189.050	37%
Custos Extraordinários e outros	87.348	132.296	-44.948	-34%
	6.496.462	6.380.872	115.590	2%

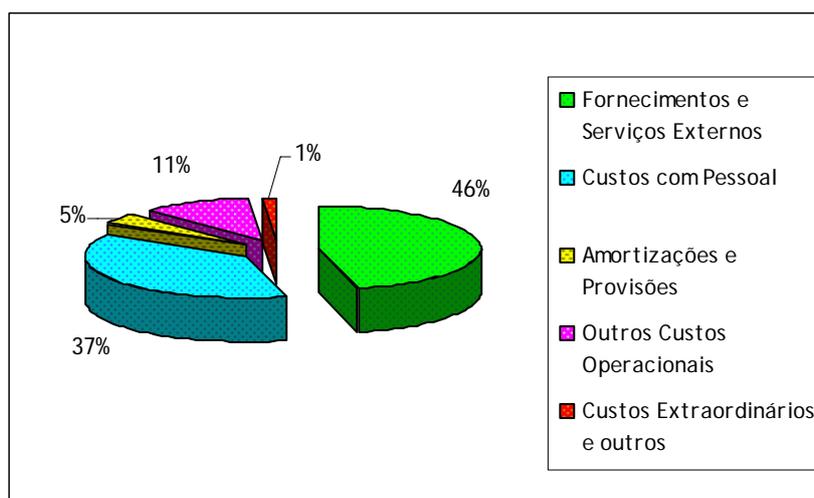


Fig. 4- Estrutura de Custos

Os Custos Operacionais ascendem a € 6.409.114, sendo as suas maiores componentes os Fornecimentos e Serviços Externos (47%) e os Custos com Pessoal (38%).

Acresce que os Fornecimentos e Serviços Externos são maioritariamente compostos pelos custos com os Investigadores Universitários (€ 1.377.396), que analiticamente deverão ser equiparados a custos com pessoal, uma vez que reflectem o custo com a mão-de-obra dos Universitários cedidos ao INESC Porto através do protocolo estabelecido com a Universidade do Porto.

As despesas com Viagens ascendem a € 328.914; com Comunicações a € 77.577; com Seguros a € 77.356 e com Rendas e Alugueres a € 114.069. Os Honorários ascendem a € 193.731, dos quais 90% diz respeito a complementos de bolsa decorrentes das avaliações trimestrais de desempenho dos bolseiros.

Do montante total dos Outros Custos Operacionais, 62% (€ 429.167) são encargos com Bolsas, enquanto 14% (€ 101.118) são encargos com inscrições em cursos e 10% (€ 69.689) são encargos com Reuniões e Conferências.

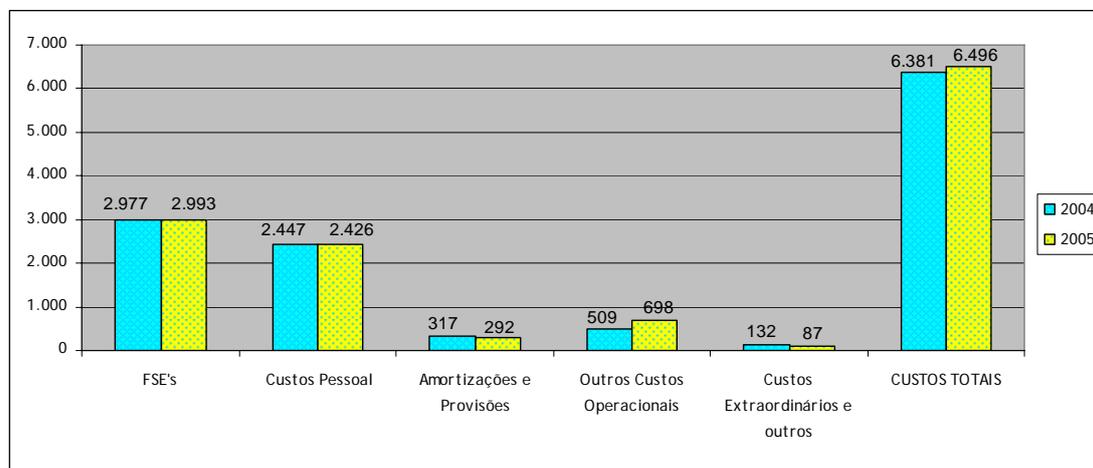


Fig. 5- Comparação Custos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos custos operacionais de 3% (€ 160.537). A rubrica que mais contribuiu para este acréscimo foi essencialmente a dos outros custos operacionais, com um crescimento de 37% (+€ 189.050). Das restantes rubricas, apenas os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um crescimento face a 2004 (1%, + € 16.671). Os Custos com Pessoal diminuíram 1% face a 2004 (- € 20.077).

Os custos com Remunerações e Outros Encargos com Pessoal, que ascendem a € 2.426.431, representam 50% do Volume de Negócios da instituição, diminuindo um ponto percentual relativamente ao ano anterior. Se incluirmos nestes encargos os custos com Bolsas, com os Docentes Universitários e com os Honorários, esses ascenderiam a € 4.653.701, com um peso nos custos totais da instituição de 72% e um peso nos Proveitos Operacionais de 74%.

Principais componentes da Estrutura de Proveitos

Rubrica de Proveitos	2005	2004	Δ 05/04	Δ %
Vendas e Prestação de Serviços	1.316.801	1.149.390	167.411	15%
Proveitos Suplementares	1.239.997	1.157.211	82.786	7%
Subsídios à Exploração	2.278.853	2.453.809	-174.956	-7%
Outros Proveitos Operacionais	1.479.669	1.445.211	34.458	2%
Proveitos Extraordinários e Outros	195.964	206.859	-10.895	-5%
	6.511.284	6.412.480	98.804	2%

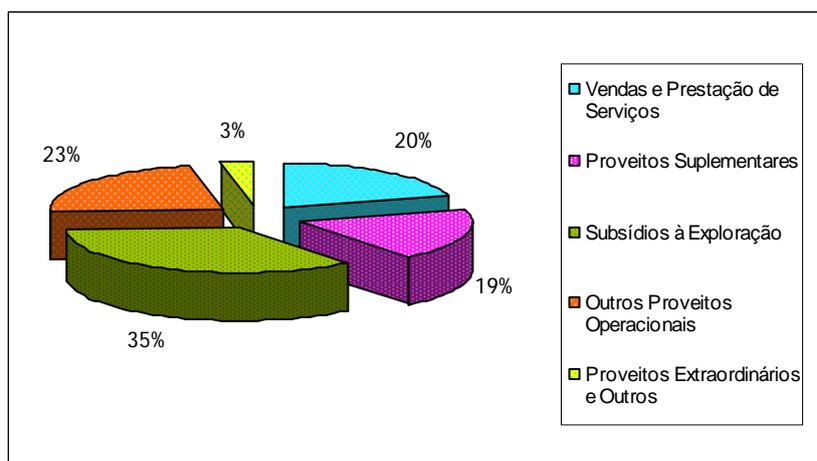


Fig. 6- Estrutura de Proveitos

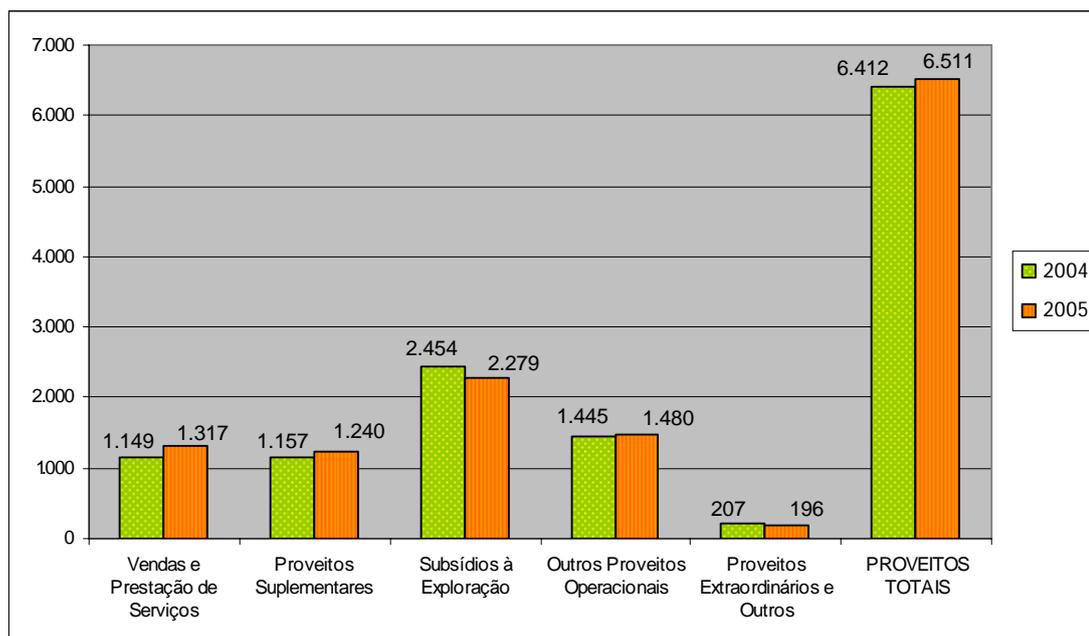


Fig. 7- Comparação de Proveitos (milhares de euros)

Relativamente à estrutura de Proveitos, verifica-se uma ligeira alteração face a 2004 e que se traduz basicamente num aumento dos proveitos decorrentes da actividade de Prestação de Serviços, relativamente às outras fontes de financiamento. Assim, em 2005, do total de proveitos, 20% são compostos por Prestações de Serviços, quando em 2004 essa percentagem era de 18%. Os Subsídios à Exploração e os financiamentos provenientes da Comissão Europeia, registados em Proveitos Suplementares, e os Subsídios ao Investimento, registados em Proveitos Extraordinários, representam 57% do volume total de proveitos, mantendo a proporção face aos dois últimos anos. Do total dos proveitos, 23% corresponde, ainda, a outros proveitos operacionais que resultam da contabilização da contrapartida por parte da Universidade do Porto, correspondente à utilização das instalações e recursos do INESC Porto pelos docentes/investigadores universitários. A redução substancial dos subsídios à exploração (-7%, ou - € 174.956) deve-se essencialmente aos seguintes factores:

- Decréscimo no financiamento PRIME Medida 5.1, Acção A (-€ 65.000), em virtude de alguma prudência na contabilização do financiamento cuja comunicação formal não foi ainda recebida;
- Redução da actividade de outros projectos nacionais;
- Financiamento Plurianual/Laboratório Associado, com diminuição de € 47.000 relativamente a 2004, devido à impossibilidade de execução da totalidade do financiamento, pela não contratação da totalidade dos investigadores doutorados previstos contratualmente.

4.3 - ANÁLISE FINANCEIRA

A análise que se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da instituição durante o ano de 2005.

A dívida líquida da instituição aumentou para mais do dobro do valor verificado em 2004, ascendendo a os € 1.130.630 e a dívida total para € 1.154.165, o que corresponde a um acréscimo em relação a 31 de Dezembro de 2004 de € 611.026 e € 606.672, respectivamente. Assim, em 31 de Dezembro de 2005, a Dívida Líquida da instituição apresentava a seguinte estrutura:

Estrutura da Dívida	2005		2004		Δ 05/04	Δ % 05/04
	saldo	%	saldo	%		
Dívida de Curto Prazo	835.983	72,4%	464.149	84,8%	371.834	80,1%
Empréstimos Bancários	835.983	72,4%	464.149	84,8%	371.834	80,1%
Outros Empréstimos Obtidos					0	
Dívida de Médio e Longo Prazo	318.182	27,6%	83.344	15,2%	234.838	281,8%
Passivo remunerado	1.154.165	100,0%	547.493	100,0%	606.672	110,8%
Disponibilidades	23.535	2,0%	27.889	5,1%	-4.354	-15,6%
Dívida Líquida	1.130.630	98,0%	519.604	94,9%	611.026	117,6%

Este significativo aumento da dívida (117,6%) resulta, como podemos observar, do acréscimo nos empréstimos bancários obtidos, quer de curto prazo (+80%) quer de médio prazo (+282%), para fazer face às dificuldades de tesouraria, em virtude dos enormes atrasos no recebimento de avultados investimentos financiados. Assim, o *grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional*, reflecte precisamente esta evolução desfavorável da dívida líquida, passando de 6.68 para 5.28, reflectindo o aumento da dívida face aos fundos próprios (de 48% para 67%) e a deterioração do *Cash Flow Operacional* face aos encargos financeiros.

No quadro seguinte são apresentados alguns indicadores que ilustram a evolução da situação financeira da instituição:

	2001	2002	2003	2004	2005
Liquidez geral	0,97	1,47	0,74	1,01	1,04
Autonomia Financeira	0,15	0,15	0,14	0,16	0,14
Investimento	169.882	618.761	81.729	388.244	671.235
Meios Libertos	342.112	394.331	343.001	338.865	303.682

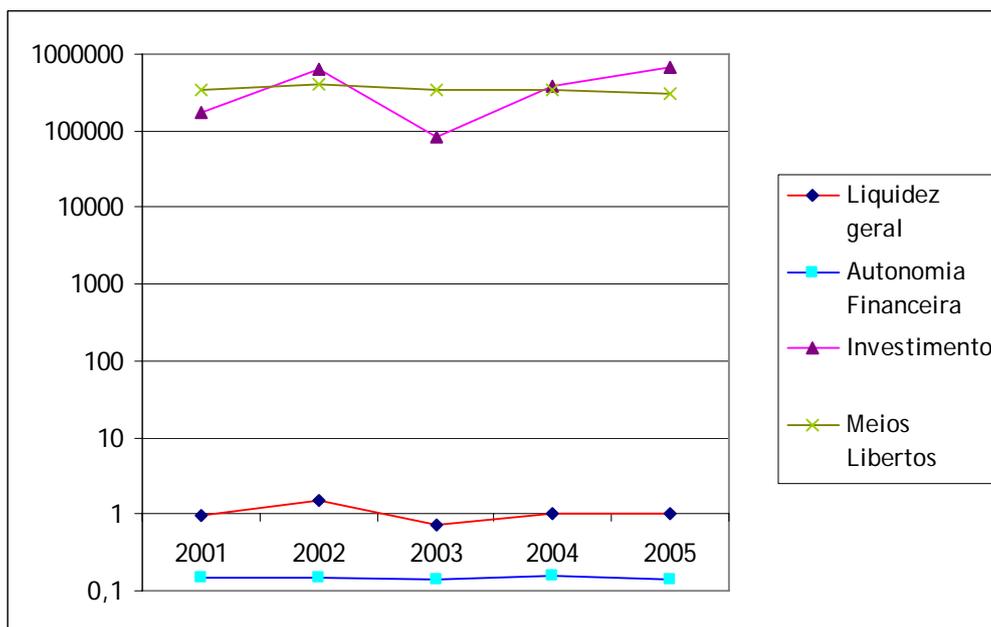


Fig. 8- Evolução de Alguns indicadores Financeiros no período 2001-2005

O rácio de Liquidez Geral indicia uma ligeira deterioração do equilíbrio financeiro de curto prazo registado no ano anterior mas, ainda assim, o activo de curto prazo foi suficiente para cobrir o passivo de curto prazo. A situação piorou ligeiramente durante o ano de 2005, em virtude sobretudo do aumento substancial das dívidas bancárias.

O investimento realizado em 2005 é 73% superior ao de 2004 (+ €282.990). Este significativo acréscimo verifica-se essencialmente ao nível do equipamento básico, adquirido no âmbito do projecto de reequipamento científico.

Apesar de um Resultado Líquido positivo, os Meios Libertos Líquidos diminuíram cerca de 10% face a 2004, indiciando uma evolução negativa da tesouraria da instituição, uma vez que representam os excedentes financeiros líquidos gerados pela exploração e por outras actividades.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não há quaisquer factos relevantes a relatar.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos no valor € 11.906,05 transitem para a Conta de Resultados Transitados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final deste exercício, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para um melhor desempenho do nosso trabalho.

- Aos Associados, pelo constante acompanhamento da Instituição;
- Ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada;
- Às instituições bancárias que nos apoiaram;
- A todos os colaboradores do INESC Porto.

Porto, 23 de Março de 2006

A Direcção

Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Professor Doutor Artur Pimenta Alves

Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

Professor Doutor Mário Jorge Moreira Leitão

Professor Doutor Vladimiro Henrique Barrosa Pinto Miranda

ANEXO

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA DE CÁLCULO
Grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional	Cash-flow operacional / Encargos Financeiros Líquidos
Encargos Financeiros Líquidos	Juros e custos similares (68) - Juros e proveitos similares (78)
Gearing	Dívida Líq. / Div.Líq.+ Capital Próprio
Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante
Autonomia Financeira	Capitais Próprios/ Capitais Totais
Meios Libertos	Amortizações + Provisões + Resultados Líquidos